



INTERAÇÕES GLOBAIS E CONEXÕES LOCAIS: ELEMENTOS PARA UM DEBATE DA ECONOMIA CAPIXABA

Arlindo Villaschi Filho¹

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Ednilson Silva Felipe²

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Ueber José de Oliveira³

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

RESUMO: Utilizando uma taxonomia de globalização, o trabalho busca resgatar cinco experimentos (café, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose e petróleo d gás) de inserção global da economia capixaba. Ainda que ocorrendo em tempos distintos ao longo dos últimos 150 anos, esses experimentos, bem como suas respectivas evoluções, se deram em conformidade com a multinacionalização de mercados, com a transnacionalização da produção e com a financeirização mundializada. As anotações destacam a necessidade de serem construídas políticas públicas locais voltadas para uma inserção mais ativa da formação socioeconômica capixaba na chamada economia do conhecimento e do aprendizado.

PALAVRAS-CHAVE: globalização; formação socioeconômica capixaba; economia do conhecimento e do aprendizado.

CLASSIFICAÇÃO JEL: O14

1 – REFERENCIAL PARA ANÁLISE – UMA TAXONOMIA DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

Multinacionalização de mercados.

- i. Enquanto mercados fornecedores de matérias primas, essa multinacionalização vem sendo fortemente impulsionada desde os séculos XV e XVI (grandes navegações), com a incorporação continuada de progresso tecnológico aos meios de transporte (até o século XX marítimos e a partir dele o aéreo também). Recentemente vem sendo dinamizada pelas demandas crescentes da Ásia (principalmente China);
- ii. Enquanto mercados compradores de produtos elaborados, essa multinacionalização vem sendo continuamente aprofundada e ampliada desde o século XVIII, com as chamadas ondas de industrialização, a partir de mudanças do paradigma técnico-econômico-institucional (ciclos de longa

¹ Professor Associado do Departamento de Economia – UFES. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Capixaba – GPIDECA: arlindo@villaschi.pro.br

² Professor Adjunto do Departamento de Economia – UFES. Co-coordenador do Grupo de Pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Capixaba – GPIDECA: ednilsonfelipe.ufes@gmail.com

³ Dutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos/SP. ueberoliveria@yahoo.com.br



duração de Kondratieff). Ganhou impulso nos últimos sessenta anos com a industrialização tardia de países na Ásia e na América Latina, principalmente.

Transnacionalização da produção:

- i. Impulsionada a partir da padronização de processos de automação (e sua continuada absorção de novas tecnologias) e da crescente redução de custos de transportes. Isso tem levado a maiores possibilidades de deslocamentos de elos de cadeias produtivas (principalmente de maquinofaturas) para formações socioeconômicas com diferentes vantagens comparativas (custo de mão de obra, matérias primas, mercado interno, incentivos financeiros/fiscais etc.).⁴

Financeirização mundializada:

- i. Dinamizada pela crescente liquidez (principalmente a partir da crise do petróleo da década de 70 e da criação de papéis quase-moedas) e pelo progresso das tecnologias da informação e das comunicações (TICs). Essa “...internacionalização é dominada mais pelo investimento/inversão financeira internacional do que pelo comércio exterior, e portanto molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços”. (Chesnais 1996, pg. 26)

2 – EXPERIMENTOS GLOBALIZANTES NO LOCAL CAPIXABA

2.1 - Café em três momentos da formação socioeconômica do ES:

a - Surgimento e ascensão

O marasmo histórico da economia capixaba só foi rompido com a introdução e a expansão da cultura do café. Iniciada em 1810, essa produção se tornou, dentro de poucos anos, a base da economia do Espírito Santo atraindo para si todas as forças da província. O café aparece na pauta de exportação de 1826 e 1827 na pequena quantidade de 150 arrobas e, segundo Saletto (1996), era plantado nas imediações de Vitória. Mas não demorou muito para que a produção ganhasse proporções comerciais, o que veio a ocorrer por volta de 1840, dada a sua expansão pelo litoral próximo à capital, procurando morros e encostas.

A partir da produção cafeeira centrada em Vitória, importantes áreas foram desbravadas para o cultivo do fruto. Uma das principais a serem colonizadas foi a região serrana, que seguiu as vicissitudes da política migratória imperial levada a cabo a partir de meados do século XIX. A população afixada na região serrana, em especial italiana e alemã, passou a cultivar o café nessa porção territorial do estado, com base na pequena propriedade familiar.

Mas foi no sul que a consolidação da cultura cafeeira se daria. Ali, a produção seguiu a dinâmica de produção das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, penetrando nos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim. Pela proximidade com a capital do Império (Rio de Janeiro), o sul capixaba foi povoado principalmente por fluminenses e também por mineiros,

⁴ - Uma ilustração disso é o fato dos 7 principais componentes de um Ipod são produzidos em 05 locais diferentes (China, EUA, Japão, Taiwan e Singapura). Se contar todos os componentes, chega-se a aproximadamente 30 localidades.



que foram ocupando terras antes dominadas por indígenas. A ocupação da região sul no século XIX difundiu, inicialmente, a grande propriedade nos moldes escravistas, presentes nas províncias fluminense e mineira. Eventos como a libertação dos escravos e a crise nos preços do café levariam, posteriormente, à consolidação da pequena propriedade em sobreposição aos grandes latifúndios (cf. BUFFON, 1992; CAMPOS JR., 2002, SALLETO, 1996).

Na região norte também se observou um cultivo de café, realizado nas imediações de São Mateus, onde começou a concorrer com a mandioca, até então a principal produção das fazendas da região. Devido a ligação desta região com a capitania de Porto Seguro até o século XIX, boa parte de suas riquezas era dirigida à região baiana (cf. RIBEIRO, 2008).

Das três regiões apontadas acima, aquela que por mais tempo se manteve como a mais próspera foi o sul, com centro dinâmico em Cachoeiro de Itapemirim. Num certo sentido, a economia dessa região foi um prolongamento da economia cafeeira da região fluminense, a cujo sistema financeiro e comercial esteve fortemente ligado. Deste modo, grande parte do café produzido na região não era escoada pelo porto natural de Vitória, mas sim pelo Rio de Janeiro. Muito pouco se dirigia à capital capixaba, dificultando ainda mais o incremento interno das receitas do estado. Vitória, nesse momento, era uma cidade nitidamente burocrática; seu comércio em pouco, ou em quase nada incrementava as receitas estaduais.

Apesar da importância para a economia capixaba, a expansão cafeeira no Espírito Santo foi muito mais lenta do que aconteceu no oeste paulista - que se deu no mesmo período - e teve seus resultados menos expressivos comparativamente aos daquele estado. Isso devido ao encarecimento da mão de obra, em vista da abolição da escravatura, à falta de créditos para o aumento de lavouras e à ausência de infraestrutura adequada, entre outras coisas.

O equacionamento da falta de mão de obra veio via o estímulo à imigração para aumentar a população do Espírito Santo e oferecer mais braços à lavoura cafeeira. Em relação à política imigratória, já no início do Governo Moniz Freire, firmou contrato com Domenico Giffoni para a introdução de 20 mil imigrantes, preferencialmente italianos. Seriam três mil em 1892, sete mil em 1893 e 10 mil em 1894. Logo após, em junho de 1892 regulamentou as normas do serviço de imigração, o que significava algumas facilidades aos estrangeiros que viessem para as terras capixabas (cf. ESPÍRITO SANTO, 2005).

Essa iniciativa, em parte, era uma ampliação dos programas do governo central, cujas especificidades do Espírito Santo eram contempladas apenas marginalmente. A tabela a seguir mostra, para o período, a expansão do número de imigrantes que aportaram no Espírito Santo e apresenta uma clara relação entre a dinâmica do café e o fornecimento de 'novos braços à atividade:

TABELA 1 - CHEGADA DE IMIGRANTES E EXPORTAÇÕES DE CAFÉ 1892-1895

Ano	Número de Imigrantes	Exportação de café
1892	522	277.768 sacas
1893	3.094	362.717 sacas
1894	3.926	387.619 sacas
1895	4.575	410.511 sacas

Fonte: Garcia, Mota e Dias (2005)

Vale destacar que a cafeicultura, num estado economicamente pouco dinâmico, ganhou importância relativa considerável, se tornando a principal atividade econômica. Os dados do Censo do Café, em 1920, revelam que esse produto já representava 17,5% da área cultivada em cada estabelecimento rural capixaba. Além disso, o café estava presente em 78,2% dos estabelecimentos rurais, além de ter, em relação a superfície total, 5% do território tomado pelo plantio do produto, proporção somente inferior à de São Paulo (7,0%) e Rio de Janeiro (6,8%), principais produtores nacionais à época (CELIN, 2009).



b - Crise

Até o final dos anos 1950, a economia se sustentava principalmente pela cultura, beneficiamento e exportação do seu principal produto agrícola: o café. Apesar dessa importância, não se pode dizer da existência de um 'complexo cafeeiro', o que quer dizer que em função de a produção estar baseada na pequena propriedade, o capital se encontrava pulverizado, o que limitava o transbordamento dinâmico para outros setores da economia, a exemplo do que ocorria em São Paulo.

Buffon (1992, p. 191) indica que os sinais de falência do modelo desenvolvimento instalado no Espírito Santo já eram antes evidenciados quando, na década de 40, o saldo migratório estadual se tornou negativo. Isso significava que o Espírito Santo havia deixado de atuar como uma região absorvedora de população e era "expressão de uma economia agrária estagnada e destituída de maiores perspectivas". Ainda segundo o autor (p. 192),

No transcorrer das décadas de 1940 e 1950, a expansão cafeeira atinge seu apogeu. Esgotam-se as fronteiras agrícolas nas regiões sul e centro; esgotam-se as terras propícias ao café no norte e inicia-se uma lenta, porém firme trajetória de decadência da cafeicultura no Espírito Santo ao mesmo tempo em que aparecem em cena novas fontes de dinamismo para a economia do estado. Dessa forma, o período em pauta não representa apenas mais um capítulo da "história do café no Espírito Santo", senão que também abarca o seu maior alcance (o auge da cafeicultura) e, ao mesmo tempo, seu momento derradeiro.

A tendência à decadência estava ligada à crescente dificuldade de reprodução da propriedade familiar, ao esgotamento da fronteira agrícola, além das precárias condições de produção e da queda internacional dos preços do café, que atingiram US\$ 16,18 em 1945, o ponto mais baixo da década.

No início da década de 60, o Governo federal, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com o intuito de modernizar a cafeicultura em termos de produtividade, iniciou a execução de uma política orientada para a erradicação dos cafezais antieconômicos. Nesse contexto, 22% dos pés de café erradicados em todo o Brasil, couberam ao Espírito Santo, reduzindo em 60% da área plantada do Estado (COSME, 2009).

Como, naquele momento, 70% da renda gerada pela economia capixaba se originava no setor primário, a economia do Espírito Santo submergiu numa grave crise, materializada no impacto social de 60 mil desempregados rurais, equivalendo a 200 mil pessoas que saíram do campo para a cidade, dos quais 120 mil se dirigiram para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o Estado (RIBEIRO, 2005). Acima de tudo, a crise levou ao rompimento do atrelamento da formação socioeconômica capixaba com a cafeicultura, abrindo oportunidades para a diversificação econômica e para uma nova trajetória para sua dinâmica produtiva, política e territorial.

c - O ressurgimento via enraizamento da capacitação inovativa

O café conilon passou a ser uma alternativa para os agricultores após erradicação dos cafezais da espécie arábica. Porém, por se tratar de uma espécie com características diferentes daquelas cultivadas até então, a adesão ao novo produto não foi nem automática e nem natural. A inserção da nova espécie, mesmo que mais adequada ao clima e ao solo da região, não recebeu inicialmente qualquer tipo de apoio do aparato institucional ou financeiro local. Os mecanismos de incentivos fiscais criados pelo governo estadual tinham o objetivo de diversificar a agricultura capixaba, e não apoiar a monocultura do café (COSME, 1998).

Foi apenas em 1973 que a Secretaria da Agricultura do Estado realizou oficialmente a implantação do café conilon no estado. Desde cedo, a expansão da 'nova cafeicultura' aconteceu tanto nas pequenas propriedades rurais, com trabalho familiar e/ou sistemas de

parceria, quanto nas empresas rurais capitalistas, com trabalho assalariado e com produção em grande escala.

O projeto conilon condicionava que o agricultor beneficiário das mudas gratuitas deveriam necessariamente adotar a tecnologia de plantio em nível, devido a topografia acidentada do município, recomendada pelo Instituto Brasileiro do Café - IBC (SILVA *et.al* 2007, p.550).

De qualquer forma, foi dado início à utilização de novos insumos e de novas técnicas de produção. Isso resultou em maior produtividade e maior qualidade do café, sobre o qual o nível de conhecimento ainda era muito baixo. Além disso, a instalação no estado de empresa produtora de café solúvel estimulou a criação de lavouras do novo produto, já que representava uma importante fonte de demanda.

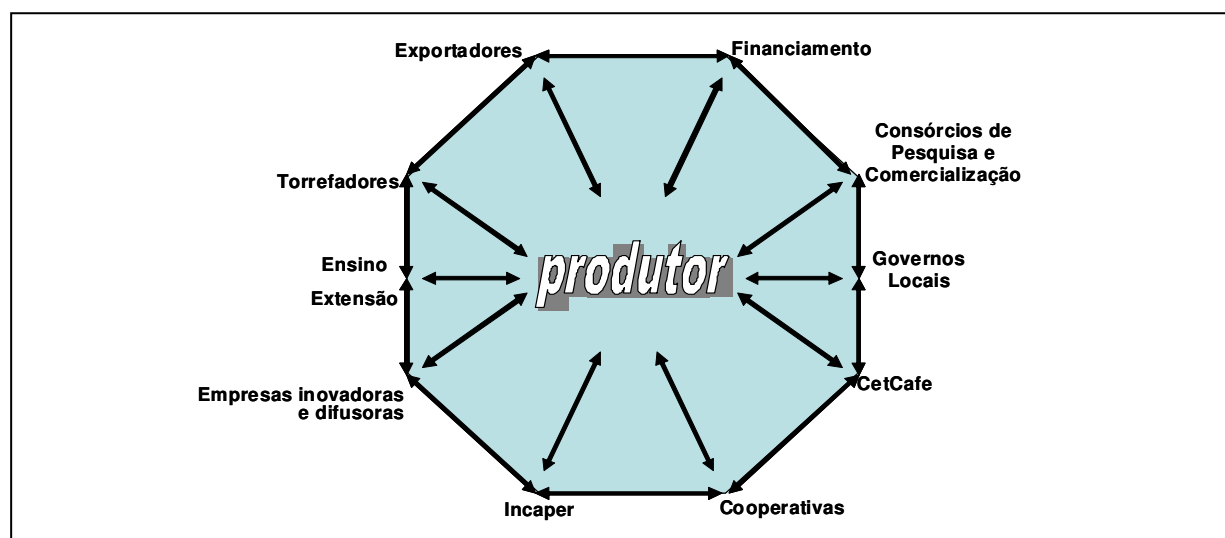
A nova cafeicultura capixaba foi construída a partir da superação de grandes desafios. O conhecimento acumulado até a década de 1980 era fruto e estava basicamente concentrado nos próprios cafeicultores pioneiros. É a partir desse conhecimento que foram desenvolvidos os trabalhos do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, que passou a inserir nos sistemas produtivos dos cafeicultores, tecnologias mais apropriadas para a exploração racional da espécie.

Em 1983, quando da visita dos técnicos do extinto Instituto Brasileiro do Café - IBC ao viveiro de multiplicação clonal do eucalipto, na Aracruz Celulose S A, vislumbrou-se a possibilidade de adaptar o processo utilizado pela empresa para produção de mudas clonais de eucalipto (*Eucalyptus*), em larga escala, para as mudas clonais do café conilon (PAULINO *et al*, 1995, p. 3). Os primeiros passos daquilo que foi vislumbrado como uma possibilidade surgiram a partir de 1993, com a implantação das primeiras variedades clonais de café.

Houve, por conta disso, um aumento na produtividade média de café conilon de 9,5 para 26,6 sacas por hectare (mais de 150%), entre 1993 e 2008, chegando a 120 sacas/ha em propriedades tecnificadas e empreendedoras. Neste período, a produção teve um aumento em torno de 190%, saindo de 2,4 para 7,4 milhões de sacas (COSME 2009).

Nesse processo, há que se destacar o arranjo institucional voltado para o desenvolvimento de inovações genéticas, de tecnologias produtivas e, sobretudo, para proporcionar o acesso do produtor (pequeno ou grande) às novas técnicas e tecnologias produtivas. A figura a seguir, de forma simplificada, apresenta os principais atores desse arranjo voltado para a nova cafeicultura no Espírito Santo.

FIGURA 1 – REDE INSTITUCIONAL VOLTADA PARA A CAFEICULTURA CAPIXABA - PRINCIPAIS ATORES



Fonte: Villaschi e Felipe (2010a)



O importante é notar que cada um desses entes participantes da institucionalidade operam com considerável esforço de cooperação e de interatividade, tendo como objetivo comum a melhoria constante de processos produtivos, principalmente centradas na construção de novas competências tecnológicas e produtivas. O quadro a seguir apresenta resumidamente a função de cada um deles.

QUADRO 1 – INSTITUCIONALIDADE PARA A CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO – PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

CONSÓRCIOS: Os Consórcios propiciam o desenvolvimento de estudos, pesquisas e atividades que dão sustentação tecnológica e econômica à cadeia produtiva do café, por meio da integração das instituições de P&D e dos demais componentes do setor cafeeiro. Eles contemplam linhas de pesquisa em agroclimatologia e fisiologia do cafeeiro, genética e melhoramento, biotecnologia aplicada à cadeia agroindustrial do café, solos e nutrição, pragas, doenças e nematóides, manejo da lavoura, irrigação, sustentabilidade socioeconômica. Merece destaque o *Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café)* que atualmente, conta com mais de 40 instituições, abrangendo 12 estados brasileiros produtores de café, sendo que no Espírito Santo participam o INCAPER e Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café (CETCAF).

CETCAF: O Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café (CETCAF) é uma entidade não-governamental, criada em 1993, com objetivo de ser o órgão de ligação entre os diversos setores do agronegócio no Espírito Santo. Desde seu início, promove uma aproximação dos setores da indústria e de exportação, além de articular o processo de união da cadeia produtiva do café.

COOPERATIVAS: Além do apoio técnico, gerencial e cooperativo aos seus associados, contribuem na articulação da cadeia produtiva do café e agregam, dentre outras funções, serviços laboratoriais, de armazenagem e comercialização, produção e comercialização de mudas e consultoria técnica.

EMPRESAS INOVADORAS/DIFUSORAS: Dentre os empreendimentos privados pode-se destacar dois: a Verdebras, empresa de biotecnologia mais tradicional na produção de mudas de café conilon para o Estado, e a Real Café, empreendimento que desde a década de 70 compra o conilon capixaba para sua utilização na produção de solúvel, estimulando o plantio e promovendo a melhoria da qualidade do produto.

FINANCIAMENTO No que diz respeito ao crédito para investimentos, as principais instituições são o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o *Banco do Brasil* (BB) e o Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES). De uma forma geral, todas essas entidades financeiras incentivam os programas de melhoria da qualidade e da produtividade do café, principalmente de produção familiar.

ENSINO E EXTENSÃO: No âmbito educacional aparecem as instituições que atuam voltadas para a agricultura. As *Escolas Agrotécnicas Federais (EAF)*, incorporadas ao IFEs – Instituto Federal de Educação do Espírito Santo formam profissionais de nível médio, principalmente técnicos agrícolas, muitos dos quais são filhos de agricultores, que contribuem na multiplicação de informações e conhecimentos. Por outro lado, o estado conta com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), uma instituição de direito privado e paraestatal, mantida pela classe patronal rural e vinculada à Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES) que tem por objetivo organizar, administrar e executar a formação profissional e a promoção social de jovens e adultos que exerçam atividades no meio rural.

GOVERNOS LOCAIS: As prefeituras Municipais também se constituem num importante elemento do arranjo institucional. Elas participam como uma das principais parceiras na difusão de tecnologias, uma vez que detêm cerca de 20% dos jardins clonais e grande parte dos viveiros de mudas. Elas têm atuado cada vez mais em assistência técnica e extensão rural, por meio de convênios com o INCAPER, o que tem proporcionado uma maior qualificação de seus profissionais, sob os aspectos tecnológico, metodológico e na elaboração de projetos de crédito.

EXPORTADORES: A qualidade do café exportado pelos portos do Espírito Santo é decisiva para a atividade de um conjunto de empresas que se dedicam à colocação do produto capixaba nas diversas praças consumidoras espalhadas em vários países. Nesse sentido, os exportadores interagem com todos outros agentes do arranjo institucional no sentido de subsidiar visões a respeito da demanda do produto no exterior.

TORREFADORES: Entendidos inicialmente como uma fonte importante e dedicada de demanda do café, os torrefadores são agentes decisivos no *feed-back* da qualidade do café produzido no Espírito Santo gerando informações úteis no sentido de adaptação dos tipos produzidos à formação de *blends* ou de um tipo exclusivo de bebida

Fonte: Adaptado de Freitas (2009)

O processo de formação de mudas para o plantio a partir de sementes, em *C. canephora*, apresentava uma série de desvantagens, tais como desuniformidade entre plantas, diversidades de tamanho, de maturação de frutos, de produtividade e falta de resistência a determinadas doenças (PAULINO et al, 1995). A implantação da variedade e sua expansão inicial teriam que se dar através de outra técnica, a de reprodução vegetativa. Segundo Silva (2007, p. 55),



A geração de informações, conhecimentos e tecnologias para o café conilon no estado, tem como principal marco referencial a técnica de propagação vegetativa iniciada em 1972, quando técnicos Instituto Brasileiro de Café (IBC) conseguiram enraizar partes da planta como estacas de nó inteiro e meio nó, dando origem a mudas com características normais.

O sucesso desse experimento inicial possibilitou o surgimento de importantes frentes de pesquisa, principalmente realizadas pelo IBC e pela iniciativa privada.

Em virtude da importância social e econômica e dos principais problemas encontrados na produção de conilon, o Incaper iniciou um programa de melhoramento da espécie, visando, sobretudo, disponibilizar aos cafeicultores capixabas materiais genéticos mais adequados às suas necessidades, uma vez que até aquela época, as variedades usadas pelos produtores eram propagadas por sementes, com grande heterogeneidade de plantas, produção e em outras características, com dificuldade de manejo, baixo potencial geral de produção e qualidade inferior (FERRÃO *et. al.*, 2007, p. 205).

Por conta desses melhoramentos, a produtividade do café passou de 0,7 toneladas de café em côco/ha, no triênio 1972/74 para mais de 1,2 toneladas/ha no triênio 1984/1986, correspondendo a um crescimento de 71% (ROCHA E MORANDI, 1991).

O melhoramento genético, principal área de pesquisa e inovação aplicada ao conilon, contribuiu significativamente para o aumento da produtividade, melhoria da qualidade e redução dos custos de produção. Isso ocorreu porque a maioria dos programas de melhoramento genético visavam o desenvolvimento de cultivares superiores, que garantissem ao produtor maior rentabilidade econômica.

Em termos econômicos, contribuíram para a viabilidade da nova lavoura fatores que destravaram os problemas de oferta e de demanda. Em relação à produção, teve significância o fato de as prefeituras municipais terem atuado tanto na construção de viveiros para a propagação quanto na distribuição gratuita de mudas aos produtores. Já em relação à demanda, contribuiu inicialmente a instalação no estado de planta industrial da Real Café, como importante player de compra do conilon para a formação do *blend* com o arábica para produção de café solúvel.

As barreiras institucionais que precisaram ser vencidas para a implantação da variedade conilon no Espírito Santo foram significativas. Ou seja, inicialmente toda a configuração institucional estava voltada para a plantação e cultivo do arábica. O próprio IBC – Instituto Brasileiro do Café se apresentou inicialmente contrário à introdução da variedade conilon no estado. Desta forma, o processo de plantio e pesquisa se deu originalmente à revelia do IBC (principal regulador da produção e comercialização do café à época), graças ao apoio de algumas prefeituras municipais e com a assistência técnica às escondidas pela extinta ACARES.

Apesar dessas dificuldades iniciais, a cultura do conilon foi dinamizada ao longo do tempo graças à construção de visão compartilhada entre diversos agentes envolvidos em sua produção e comercialização. Essa reconhecia que o avanço para um patamar superior de produção dependeria do rompimento dos limites da exploração baseada em vantagens estáticas que cedesse lugar a aquelas de conteúdo mais dinâmico e baseado em inovação e novos conhecimentos.

E mais, enfatizava que, do ponto de vista do conhecimento, era preciso empreender uma busca ininterrupta pelo entendimento de todos os mecanismos físicos, químicos e biológicos, internos ou externos, que têm influência no cafeeiro e no grão. Além disso, este conhecimento, introduzido no processo produtivo deveria gerar inovações que, passando pelos testes de produtividade, também tivessem aceitação por parte do mercado.



Destaque-se que essa evolução da produtividade do café conilon no Espírito Santo, se deve também a importantes projetos de extensão desenvolvidos através do arranjo institucional acima descrito. De acordo com Ferrão et al (2007), tais projetos envolvem 130 mil famílias e 60 mil propriedades. Além disso, as plantas clonadas, fruto do desenvolvimento tecnológico e de pesquisas do Incaper, ainda segundo o autor, está presente em 40% das propriedades rurais do Estado. E mais, as melhorias em termos organizacionais e de manejo também são alvo dos projetos de extensão. Nesse caso, os cursos para a melhoria da gestão agrícola já alcançaram 40 mil propriedades.

e - Aracruz (floresta e celulose)

Apropriação de oportunidades internacionais

O aumento do custo da matéria-prima para a fabricação de celulose – principalmente pelo longo tempo de maturação das madeiras tradicionalmente usadas para este fim -, provocou, na década de 1950, um conjunto de pesquisas voltadas para desenvolvimento de tecnologias para a produção da celulose em fibra curta a partir do eucalipto. Os resultados das pesquisas e das novas tecnologias geradas levaram o setor a uma revolução em razão da significativa redução dos custos para empreendimentos localizados ou que viessem a se localizar em regiões propícias ao cultivo do eucalipto.

A partir daí, e com o aumento do rigor da legislação ambiental em países tradicionalmente produtores de celulose (EUA, Canadá e os nórdicos, principalmente), passaram a ter peso nos projetos de implantação de novas empresas as condições climáticas requeridas pelas plantas.

A reestruturação mundial do setor foi fortemente caracterizada pela redistribuição geográfica da produção da celulose, tendo os países centrais fortalecido a posição de produtores de papéis, ampliando a importação de celulose. Tais acontecimentos contribuíram para a reconfiguração dessa indústria no Brasil com a entrada de investidores estrangeiros em *joint ventures* com aumento da escala de produção voltada para a exportação (VILLASCHI, 2009)⁵.

Esse movimento de investimentos derivava de uma necessidade premente, dada uma drástica deterioração da economia brasileira, principalmente por conta do choque do petróleo e da crítica situação de suas contas externas, com déficits estruturais, contínuos e cada vez maiores no Balanço de Pagamentos. Por estes termos, os investimentos do II PND eram prioritariamente destinados a substituir importações e diversificar as exportações. O Governo federal, além disso, explicitava a preocupação com a integração nacional, pela incorporação econômica de regiões atrasadas com o aproveitamento das potencialidades de recursos naturais e de algum tipo de vantagem geográfica dessas regiões.

Esse pano de fundo, associado à grave crise pela qual passava a economia local, conforme visto anteriormente, motivou o Governo estadual a institucionalizar um programa de incentivos fiscais que fomentasse o surgimento de novas alternativas, eminentemente industrializantes.

⁵ - Essa reconfiguração foi fortemente impulsionada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974/79). Através dele, o Governo brasileiro buscou se empenhar em cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Este objetivo englobava algumas frentes de atuação: (i) consolidação de uma economia moderna, mediante a implantação de novos setores e adaptação de tecnologias; (ii) ajustamento às novas realidades da economia mundial; (iii) nova etapa para a integração nacional e (iv) uma estratégia de desenvolvimento social, visando eliminar, no menor prazo possível, os focos de pobreza absoluta (CASTRO E SOUZA, 1985).



Na esteira desses fatos, estudos encomendados pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce⁶ apontavam vantagens econômicas significativas na exploração de reflorestamento comercial do eucalipto. A recomendação da localização no Espírito Santo apresentava os seguintes argumentos:

O município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo apresenta as condições edafo-climáticas favoráveis ao desenvolvimento de florestas de eucalipto, por representar uma região de atividades economicamente inexpressivas, com terras disponíveis a baixos preços, topografia plana favorável à mecanização, privilegiada localização quanto ao sistema viário, próximo ao principal pólo de desenvolvimento do estado e próximo ao mar, o que facilitaria a construção de porto para a exportação do produto (apud PEREIRA, 1998, 188).

Essas vantagens motivaram a implantação da Aracruz Florestal (posteriormente incorporada ao braço industrial Aracruz Celulose), *joint venture* entre capitais internacionais, nacionais privados e públicos (principalmente através de expressivo aporte de recursos do então BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Além disso, foi concebida para operar de maneira integrada – floresta-fábrica-porto – e auto-suficiente no que se refere aos insumos naturais (PEREIRA, 1998). A fábrica entrou em operação em 1979.

Até se fundir em 2009 com a Votorantim Celulose e Papel para constituir-se na Fibria, a Aracruz era líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto⁷, com uma capacidade nominal de produção de cerca de 3,3 milhões de toneladas anuais de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e em 2008 exportou 98% de toda a sua produção⁸. A empresa possuía aproximadamente 313 mil hectares de plantios, intercalados com cerca de 198 mil hectares de reservas nativas. Além de seus plantios próprios, a Aracruz fomentava o reflorestamento à base de eucalipto por terceiros através do Programa Produtor Florestal, que abrangia cerca de 96 mil hectares contratados com mais de 3 mil produtores rurais no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (ARACRUZ, 2009a).

Centralidade do conhecimento na implantação de florestas de eucalipto

O aumento da produtividade florestal é resultado de desenvolvimentos tecnológicos baseados na clonagem e na apurada técnica de manejo e permitiram que empresas brasileiras do setor se posicionassem nas fronteiras competitivas globais em produção de celulose branqueada de eucalipto. Isso se deu pela combinação de resultados de pesquisas em universidades, institutos de pesquisas e internamente às empresas. Parte substancial dessas pesquisas estava direcionada para melhoramentos genéticos, biotecnologia, propagação de plantas, solos e nutrição vegetal, ecofisiologia vegetal, proteção florestal e biodiversidade, tendo como objetivo comum a obtenção de plantios com alto valor agregado (ARACRUZ, 2009b).

Segundo Villaschi (1998), a Aracruz Celulose S.A. adotava estratégias que visavam garantir a sua posição de líder mundial na área de desenvolvimento florestal baseado nessas tecnologias. Por conta disso, as ações da empresa eram direcionadas para a fronteira tecnológica e na direção tanto de novos produtos (espécies mais adequadas ambiental e

⁶ - Que pretendia diversificar suas atividades concentradas, principalmente, na extração, transporte e comercialização de minério de ferro.

⁷ Neste segmento, em termos de países, mesmo levando em consideração a expansão da produção nos vizinhos Chile e Uruguai, o Brasil em 2010 respondia por 55% da produção global desse segmento (VILLASCHI, 2009).

⁸ Em 2008, a distribuição das vendas da Aracruz Celulose foi a seguinte: Europa (39%), América do Norte (33,7%), Ásia (25,1%), América Latina (0,3%) e Brasil (1,8%).



economicamente) quanto de novos processos (técnicas de manejo florestal), através de intensos programas de P,D&I.

Os programas de P, D&I seguiam em três direções. Alguns eram levados a cabo através do esforço interno de pesquisa. Outros por convênios com instituições de pesquisa. Ocorriam também aqueles que se fundamentavam em cooperação com concorrentes em fases pré-competitivas. Tais direções, entretanto, não eram exclusivas e grande parte dos programas funcionava com a combinação delas, tornando-as complementares.

A Aracruz Celulose iniciou o plantio de eucalipto no final da década de 1960⁹. A escolha pelo eucalipto deu-se em função do seu potencial para produção de madeira destinada a fabricação de celulose e ainda por sua compatibilidade às condições ambientais típicas do Espírito Santo. As espécies inicialmente consideradas aptas para as áreas da Aracruz foram o *Eucalyptus grandis*, o *Eucalyptus saligna*, o *Eucalyptus urophylla* e o *Eucalyptus alba*, de forma que os primeiros plantios foram estabelecidos com estes materiais, a partir de sementes produzidas no Horto Florestal de Rio Claro - SP.

Como essas sementes eram produzidas a partir de plantas não melhoradas geneticamente, os povoamentos obtidos apresentavam grande desuniformidade em termos de crescimento e forma das árvores. Além disso, a ocorrência do cancro (uma podridão do tronco), inviabilizou a utilização de algumas espécies. A partir de 1973, iniciou-se um programa de pesquisa florestal voltado ao desenvolvimento de materiais genéticos. Após a avaliação de 55 espécies, foi iniciado o programa de melhoramento genético do *Eucalyptus grandis*, *Eucalyptus urophylla* e o híbrido entre eles (ARACRUZ, 2009b).

Com o advento da clonagem em escala comercial, grande ênfase foi dada à seleção e propagação das árvores superiores resultantes do programa de melhoramento. As florestas clonais obtidas a partir de então apresentaram ganhos significativos em produtividade, uniformidade e qualidade da madeira, o que permitiu que a celulose produzida pela Aracruz se diferenciasse positivamente no mercado mundial.

Assim, pode-se dizer que a introdução de espécies mais adaptadas, o estabelecimento de programas de melhoramento genético contínuo das espécies puras e em hibridação, e a aplicação de seleção na identificação de indivíduos superiores para formação de gerações avançadas das populações de *E. grandis*, *E. urophylla* e seus híbridos, foram os principais responsáveis pelo sucesso da Empresa.

O sucesso em desenvolvimento tecnológico da Aracruz baseou-se em diversas formas de aprendizado. Estes envolveram grandes esforços cooperativos e interações externas mantidas pelo CPT – Centro de Pesquisas Tecnológicas -, tornando o aprendizado por interação uma agressiva estratégia empresarial de liderança tecnológica da Aracruz Celulose.

e - Siderurgia (CST)

As idéias iniciais de implantar uma siderúrgica no Espírito Santo datam da década de 1920 e foram estabelecidas com base em estudos realizados pela Escola Nacional de Engenharia. Segundo tais estudos, a localização ideal seria em Vitória por ser o ‘ponto final’ de uma ferrovia, no caso a Vitória-Minas. Esse tema também era constantemente debatido no meio acadêmico, especificamente na Escola Politécnica da UFES, bem como no meio empresarial, entre os diretores e colaboradores da FINDES (destaque para Arrtur Carlos G. Santos e Eliezer Baptista, este último engenheiro da CVRD). De sorte que, pode-se dizer, essa idéia já vinha sendo gestada há décadas, precisando da formação de coalizões densas o bastante para que se transformasse em realidade palpável.

⁹ - Operada pela Aracruz Florestal



O segundo aspecto a ser considerado era que um outro projeto nesse sentido já tinha sido elaborado por conta da expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), que já havia adquirido a área próximo ao Porto de Tubarão para a instalação da nova usina. Essa operação, entretanto, não foi consolidada.

As ações do Governo do Estado, visando atrair para o Espírito Santo a siderúrgica, começaram efetivamente em 1971. O trabalho de convencimento partiu do fato de o Estado apresentar algumas vantagens fundamentais para sediar a siderúrgica: havia a convergência num ponto específico que facilitava sobremaneira o fornecimento de matérias primas para a transformação, bem como a colocação dos produtos no exterior, dadas as instalações portuárias já consolidadas. Ou seja, a proximidade de um porto natural faria com que a empresa pudesse se voltar para o mercado externo, devido à facilidade que teria no transporte de seus produtos. Mas não é razoável pensar que esses elementos e que tais argumentos foram, por si só, suficientes para influenciar a decisão do Governo Federal e das empresas de capital estrangeiro a favor do Espírito Santo.

Os primeiros elementos de formação de uma coalizão para tornar possível o projeto da siderúrgica no Espírito Santo foram desenhados entre Eliezer Batista, então “exilado” na Europa e o Governador do Estado. A participação desse primeiro foi fundamental para intermediação dos primeiros contatos entre o governador e os capitais estrangeiros, notadamente italianos e japoneses, para a possível formação de parcerias no projeto. Foi de Eliezer a iniciativa de fechar uma agenda de viagens do governador por países da Europa e pelo Japão, tanto para um levantamento das possibilidades e atualizações tecnológicas voltadas para a siderurgia, quanto para a definição dos termos iniciais pelos quais a negociação direta com o capital estrangeiro poderia se dar. Segundo Santos (2010) o mecanismo proposto envolvia a divisão entre os parceiros da montagem da usina, segundo as competências específicas e a garantia de compra, também pelos parceiros, de parte da produção.

A articulação na esfera federal envolvia o apoio necessário do governo federal. O apoio político foi consolidado pelo fato de o governo federal assinar, no Espírito Santo, o decreto de criação da SIDERBRAS, holding do setor siderúrgico, que seria a controladora das empresas estatais no setor.

Ainda em 1973, foi assinado o primeiro protocolo de intenções entre os acionistas da criação da Companhia Siderúrgica Tubarão CST – a SIDERBRAS, a Kawasaki Steel e a Finsider. Pelo acordo, a SIDERBRAS teria 51% do capital do empreendimento e os sócios estrangeiros os outros 49% divididos em partes iguais. Definiu-se, também, que os sócios comprariam 80% da produção da CST.

As resistências quanto à consolidação dos projetos não tardaram a aparecer. Internamente ao Espírito Santo, a oposição se dava em relação à localização a montante (com relação às principais áreas residenciais da Grande Vitória à época) dos ventos dominantes. As palavras do Governador são claras quanto a essas críticas: “Ou a siderúrgica será implantada naquele local já estudado e com a infraestrutura montada ou nós corremos o risco de não ter nada” (*apud* SILVA, 1993, P. 214).

Externamente, a oposição principal teria se dado pelos industriais nacionais, principalmente representados pela FIESP. A peregrinação e a necessidade de blindagem do projeto diretamente em Brasília foi fundamental para que os próximos passos se efetivassem.

Dois anos mais tarde e tendo já o Governador Arthur Santos terminado seu mandato, a empresa ainda continuava existindo apenas no papel. Em face dos impasses envolvidos nas negociações quanto à montagem da usina, os acordos – mesmo os já assinados – corriam sérios riscos de serem desfeitos. Coube ao presidente da SIDERBRAS convidar novamente agora o ex-Governador Arthur Santos para assumir a presidência da empresa – com a destituição do General Ary Martins – de forma a destravar as dificuldades que vinham



impedindo o progresso das negociações. Definiu-se o montante necessário para a construção da empresa, que chegaria a US\$ 2,79 bilhões, dos quais US\$ 2,1 bilhões viriam através de empréstimos externos. Em 1979 começaram os primeiros aportes financeiros, com os quais foram iniciadas as obras de terraplanagem da área para a construção da usina.

No ano de 1982, as negociações de novos empréstimos para a continuidade das obras foram dificultadas pela crise da dívida externa dos países sulamericanos, tendo como principal evidência as dificuldades financeiras da economia mexicana. A CST foi socorrida por um empréstimo ponte, negociado com a intervenção da Kawasaki, seu sócio japonês. Por iniciativa daquela empresa e através de um novo consórcio de bancos japoneses, a empresa conseguiu o empréstimo ponte de US\$ 408 milhões e fez, em 1983, uma operação de venda a vista da coqueria com a compra parcelada, o que lhe permitiu prosseguir com as obras.

Em 1984 a empresa estava concluída e iniciava seu funcionamento, criando um novo mercado na área de siderurgia, que era o de placas.

Como havia sido previsto nos projetos iniciais, a atração de investimentos de envergadura e a instalação de uma empresa de atividade dinamizadora acabou por gerar novos investimento e a instalação de outras empresas, de médio e pequeno porte no estado. Mesmo durante o processo de instalação da CST, outras empresas importantes se instaram no Espírito Santo. Na década de 70 foi instalada Cimetal. Depois viria a CBF – Companhia Brasileira de Ferro, produzindo gusa no município de Viana¹⁰. Foi também na década de 1970 que surgiram empresas como a Metalúrgica Carapina, a Savelli e a Metalosa¹¹ (SILVA E RESENDE, 2004).

f - O gás e o petróleo (Petrobras)

As mudanças institucionais implementadas na indústria do petróleo e do gás natural no Brasil a partir de 1997, notadamente com a quebra da exclusividade da Petrobras em operar o monopólio da União, promoveram, também, uma reordenação na importância relativa do Espírito Santo nessa indústria.

A flexibilização do monopólio da Petrobras, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi seguida da criação da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e da instalação das rodadas de licitação, o que forçou a uma mudança das estratégias da Petrobras. A partir do momento que teve de lidar com a concorrência, a estatal passou a incluir a exploração no estado como crucial para manutenção da sua liderança no setor, no Brasil.

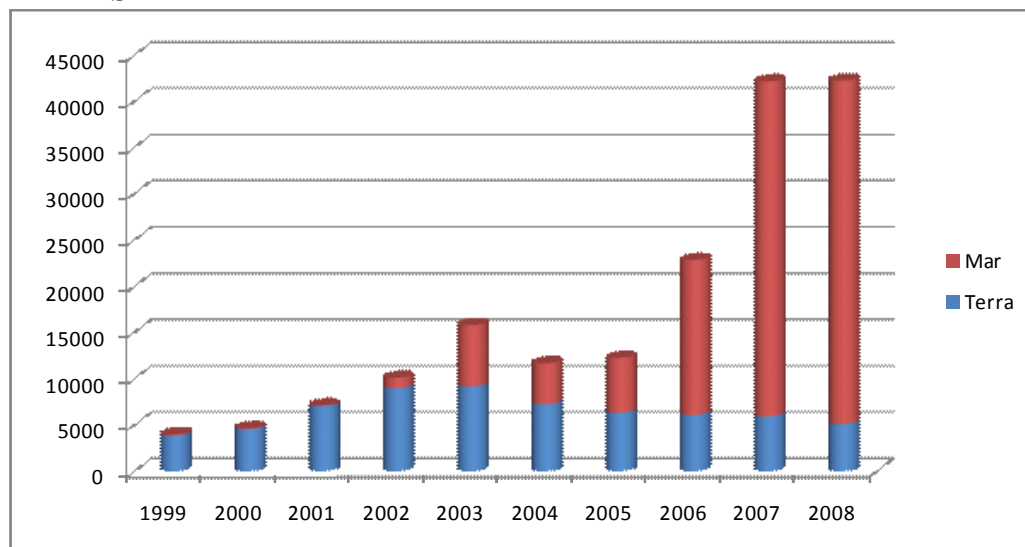
Essas foram mudanças fundamentais para o incremento da produção de petróleo e de gás natural no Espírito Santo, como fica claro a partir dos gráficos a seguir.

¹⁰ Atual CBF Indústria de Gusa S.A.

¹¹ A Metalosa – ainda com outra razão social – foi criada em 1959 com a atividade de serviços de mecânica de caminhão. Na década de 1970, a partir de incentivos do GERES, passou a fabricar galões para o transporte de leite. No final da década de 1970, foi adquirida pelo Grupo Dalla Bernardina.

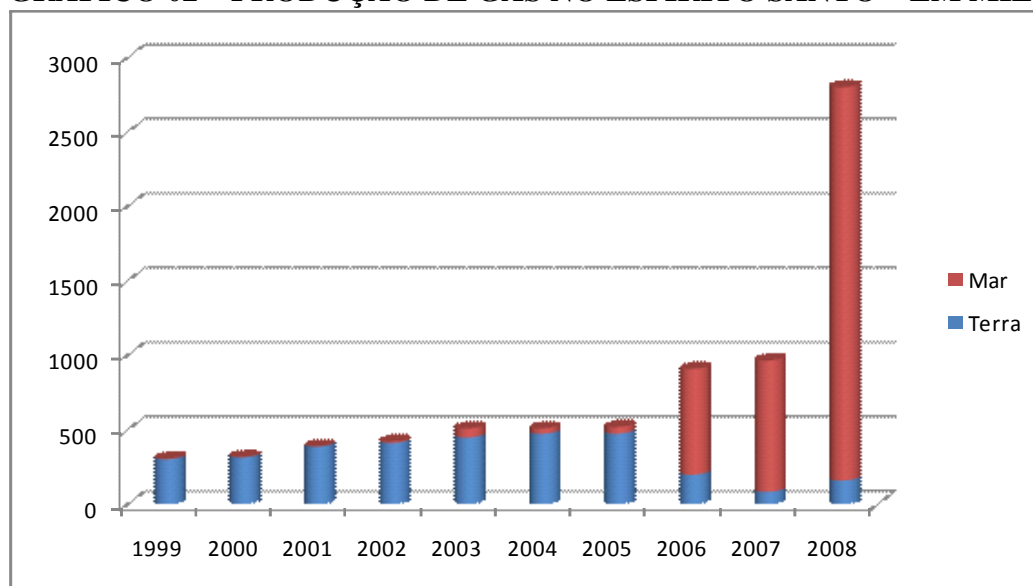


GRÁFICO 01 – PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO ESPÍRITO SANTO – EM MIL BARRIS



Fonte: ANP (2009)

GRÁFICO 02 – PRODUÇÃO DE GÁS NO ESPÍRITO SANTO – EM MIL BARRIS



Fonte: ANP (2009)

O aumento da importância relativa do Espírito Santo na indústria do petróleo pode ainda ser ilustrado pelo fato de que em 2008 no estado estarem 11% do total das reservas provadas no Brasil. Essa participação era de menos de 1% em 2000. Além disso, o estado foi, em 2009, o segundo produtor nacional de petróleo – com 100 mil barris produzidos diariamente – e o quarto produtor de gás natural – com uma produção de 2,95 milhões de m³/dia (ANP, 2009). E ainda: a instalação das Unidades de Processamento de Gás Natural em Linhares e Anchieta coloca o estado, de maneira permanente na dinâmica da indústria petrolífera brasileira.

A abertura do setor à concorrência permitiu também a instalação no estado de outras empresas produtoras. Em 2009 eram 27 empresas explorando petróleo no mar e em terras capixabas: Amerada Hess, Anadarko, BrazAlta Brasil, Chein, Chevron Brasil, Devon, El Paso, EnCana. Esso Campos, Hydro Brasil. Inpex, Koch Petróleo, Lábrea, OGX, ONGC,



Partex, Perenco, Petrogal Brasil, Petrosynergy, Repsol YPF, Shell, SK Brasil, Starfish, Statoil Brasil, Total E&P Brasil, Vale e Vipetro (ANP, 2009).

A expansão das atividades ligadas ao petróleo e ao gás natural no Espírito Santo abrem novas janelas de oportunidades para a indústria e economia local. Contudo, algumas ponderações precisam ser feitas.

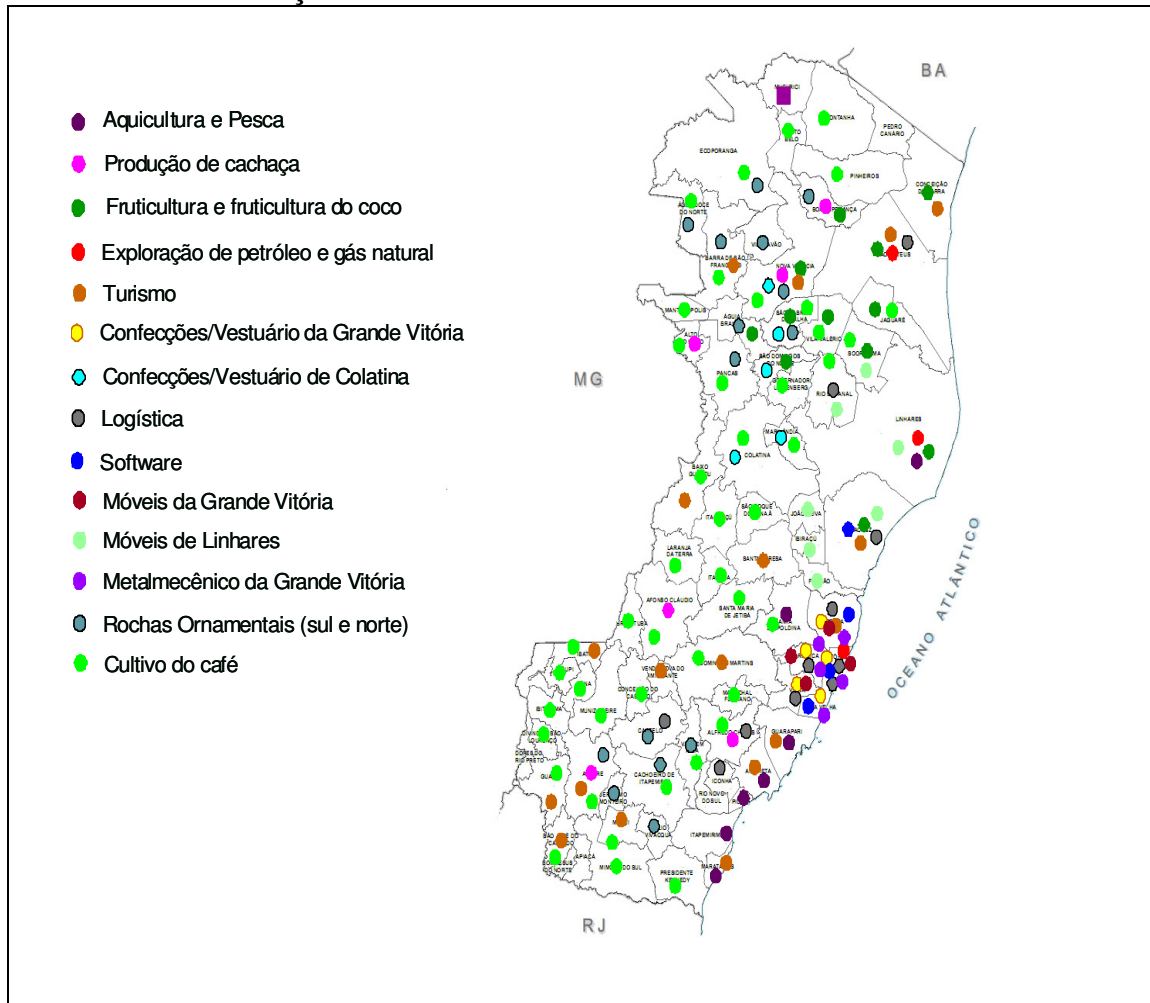
A primeira é que mesmo na indústria do petróleo e do gás natural, repete-se um tipo de inserção retardatária da economia capixaba. Isso quer dizer que a dinamização dessa indústria está acontecendo sem que tenha tido tempo hábil para criar internamente as condições econômicas e institucionais que seriam necessárias para reter aqui parte significativa das rendas geradas no setor. Por essa ótica, ainda um grande esforço será preciso na direção de desenvolvimento tecnológico e industrial local necessário para dotar a economia capixaba de capacitação adequada para responder aos desafios dessa indústria.

A segunda é que embora tenha a capacidade de contribuir para uma dinamização da economia local, os avanços da indústria do petróleo no Espírito Santo não podem e não devem ser considerados como o ‘terceiro ciclo’ de desenvolvimento da economia capixaba. Isso porque ela em absolutamente nada muda o padrão de desenvolvimento da economia local: exploração de recursos naturais atrelado a uma logística de transporte necessária. Pelo contrário, o que se percebe é o risco de abortar outras idéias e visões em detrimento do petróleo, diminuindo as possibilidades de novos saltos qualitativos.

3 – COMENTÁRIOS FINAIS

O Espírito Santo começa a segunda década do século XXI com um estrutura produtiva razoavelmente diversificada, seja do ponto de vista setorial ou no que se refere a sua espacialização. Conforme pode ser constatado pelo gráfico a seguir e pelos quadros que a ele se seguem, ainda que persista uma forte concentração de grandes empreendimentos localizados na faixa litorânea (principalmente na Grande Vitória e municípios próximos a ela) e que essa faixa seja objeto de projetos futuros ligados à expansão de atividades minero-siderúrgicas e à exploração de gás e petróleo, com exceção a alguns bolsões (principalmente na região Sul e Noroeste do ES), atividades com bom dinamismo econômico estão distribuídos por boa parte do território capixaba.

FIGURA 02 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NO ES



FONTE: Villaschi e Felipe (2010b)



TABELA 2 – ELEMENTOS DOS APLS NO ESPÍRITO SANTO - 2006

Denominação do APL	Emprego Formal	Indicador de densidade fiscal (VS/Emp)	Participação do APL no total das vendas locais (%)	Participação do APL no total das vendas das atividades no Estado (%)
Rochas Ornamentais	30.648	66.193,78	31,75	39,98
Turismo	19.012	3.186,49	0,16	27,82
Software	2.016	3.303,99	0,01	96,92
Logística	19.553	86.477,12	1,56	83,56
Petróleo e Gás	2.262	4.314.784,17	16,46	85,61
Confecções da GV e de Colatina	31.211	29.563,00	1,59	64,25
Cachaça Nova Venécia	3.639	216.633,78	21,65	49,70
Fruticultura	8.056	835,76	0,32	4,04
Fruticultura do Coco	2285	93.941,23	5,16	24,63
Café Conilon Região Noroeste	9.987	140.970,01	28,41	24,60
Cafeicultura	10.356	258.715,25	15,99	47,69
Metalmecânico da GV	19.969	510.470,89	9,56	95,03
Aqüicultura e Pesca	229	3.542,42	0,01	80,60
Agronegócio da Região Serrana	18.489	1.892,05	2,91	1,14
Móveis de Linhares	14.706	31.327,76	6,44	37,52
Móveis da GV	9196	11.930,54	0,10	16,75

Fonte: Villaschi e Felipe (2010b)

TABELA 3 – GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL NO ESPÍRITO SANTO

GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL NO ESPÍRITO SANTO	QTDADE	QTDADE
Arcelor Mittal Tubarão (2006)	4.356	
Aracruz Celulose (2007)	2.665	
Samarco Mineração AS	1.700	
Vale - no Espírito Santo (2008)	7.500	
Arranjos Produtivos Locais (2006)		201.614
TOTAIS	16.221	201.614

Fonte: Villaschi e Felipe (2010b)

Apesar dos números que essa configuração espacial e setorial do desenvolvimento capixaba podem apresentar, conforme destaca Zorzal e Siva (2010):

No cenário atual, o que se observa em relação à incorporação da sociedade capixaba e a distribuição dos benefícios produzidos pelo crescimento, resultante da mudança de rota ocorrida nas últimas décadas, é a permanência da inserção subalterna de diversos segmentos sociais e a apropriação muito desigual dos benefícios gerados.

A incorporação de grande parcela da população vem se efetuando na margem do processo de crescimento. O sistema educacional capixaba no passado não estava preparado para atender as



novas demandas de qualificações que o processo de transformação da base econômica gerou. Na verdade, ele constituiu-se e expandiu-se paralelamente às transformações ocorridas aceleradamente na base econômica. ... (as grandes empresas) investiram muito na qualificação de sua força de trabalho. Como consequência das condições mesmas em que este surto de crescimento se efetivou tanto o empresariado local como as classes médias e trabalhadoras foram inseridas na margem, isto sem falar no amplo contingente de excluídos que constituem os grandes bolsões de pobreza do estado. Enfim, apesar do grande crescimento econômico gerado, restam ainda grandes desafios a serem vencidos em termos de desenvolvimento social e político.

Assim, pode-se concluir a guisa de comentário final e provocação para o debate que no ES:

. *A multinacionalização de mercados* propiciou:

- i. Via a produção e exportação de café, sua colonização e principal fonte de dinamismo econômico durante quase cem anos;
- ii. Via as operações da CVRD a montagem de um complexo logístico que permitiu que o estado se transformasse em porta ao mar para uma vasta hinterlândia.

. *A transnacionalização da produção* resultou em um processo de industrialização retardatária da formação socioeconômica capixaba que tem se destacado no cenário nacional por sua forte contribuição (principalmente nos segmentos produtivos aqui considerados) à geração de divisas para o Brasil e pelas altas taxas de crescimento de sua produção industrial.

. *A financeirização mundializada* facilitou o acesso de empresas localizadas no ES (CST e Aracruz, principalmente) ou com importantes bases produtivas/operacionais nele localizadas (CVRD e Petrobras, principalmente) a um mercado financeiro com alta liquidez e ávido por alternativas de aplicações financeiras. Seja pelo processo de privatização (nos casos da CST e da CVRD) seja por mecanismos de fusões, isso facilitou mudanças no controle acionário dessas empresas.

Isso tem induzido uma crescente perda de vínculo entre as empresas que operam no ES em seus segmentos de maior dinamismo e o restante da formação socioeconômica capixaba. Antes sede de importantes unidades administrativas dessas principais empresas (CVRD, Aracruz e CST – no caso dessas duas últimas suas respectivas diretorias), o ES é hoje localização principalmente de instalações de processamento e circulação de produção e de unidades de apoio operacional. E, do ponto de vista simbólico, si quer seus nomes guardam relação com o local capixaba (do Vale do Rio Doce, ficou a Vale; a Aracruz se tornou Fibria; e a Companhia Siderúrgica de Tubarão passou a ser Arcelor Mittal Tubarão)

As articulações entre essas empresas e o restante do aparelho produtivo capixaba, quando muito, se dão via fornecimento de insumos e a prestação de serviços especializados (principalmente metal mecânica). Até mesmo as incipientes relações no passado entre essas empresas e a Ufes¹²; e entre elas e a sociedade¹³ vêm diminuindo e se tornam cada vez mais objeto de campanhas institucionais de construção de imagem via mídia na medida em que as esferas de decisões estratégicas se deslocam para outros territórios.

¹² - O projeto Nexen é uma boa ilustração disto. As cada vez mais reduzidas entre o que faz o reconhecido CPT da Fibria, no município de Aracruz,

¹³ - Até mesmo os times de futebol que tinham algum vínculo com a CVRD (Vale e Ferroviário, posteriormente fundidos na Desportiva) deixaram de contar com apoio da empresa.



Isso posto, pode-se indagar: do limão (da financeirização mundializada) o que resta é a limonada (dos empregos gerados e de alguns efeitos induzidos pelos empreendimentos aqui mencionados); ou ele pode se tornar ingrediente para um produto mais elaborado/sofisticado (caipirinha, torta, perfume...)?

Aqui se propõe que busca do entendimento das relações entre o global e o local deve levar este a agendas que identifiquem novas possibilidades naquela. Essas possibilidades indicam mais intangíveis (da sociedade e economia do conhecimento e do aprendizado) enquanto motrizes do desenvolvimento em substituição ao papel desempenhado no passado pela produção de bens.

O imbricamento de interesses entre os poderes políticos locais (governos, meios de comunicação de massa, representações da sociedade civil etc.) e essas empresas de maior porte indicam que a construção de agendas mais voltadas aos interesses locais (principalmente aqueles voltados para uma nova inserção global) está longe de ser algo trivial.

Ainda assim, há que se pensar livre e agir propositivamente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. *Relatório Estatístico Anual 2009*. Rio de Janeiro: ANP, 2009.

ARACRUZ CELULOSE SA. *Aracruz – uma história de desenvolvimento e de compromisso com o futuro*. Aracruz, Aracruz Celulose S.A. 2009a.

ARACRUZ CELULOSE SA. *Relatório Anual*. Aracruz, Aracruz Celulose S.A. 2009b.

BUFFON, José Antônio B. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1992.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor&cultura, 2002.

CASTRO, Antônio B.; SOUZA, Francisco E. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1985.

CELIN, José L. *Cafeicultura capixaba: ruptura e crise*. Apresentação no Seminário +/- 40 anos de industrialização retardatária do Espírito Santo. Seminário GPIDECA. UFES, 2009.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã: 1996

COSME, José C. *A incerteza da agricultura capixaba nos anos 1970*. Apresentação no Seminário +/- 40 anos de industrialização retardatária do Espírito Santo. Seminário GPIDECA. UFES, 2009.

COSME, J. C. *Uma inovação tecnológica na agricultura capixaba: a introdução do café conillon (coffea canephora) e sua reprodução vegetativa via mudas clonais*. Dissertação de Mestrado. UFES – Departamento de Economia, 1998.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Presidente (1896-1898: Santos Neves). *Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Graciliano dos Santos Neves, lida na instalação do Congresso Legislativo, em 22 de setembro de 1896*. Vitória: Typografia do Estado, 1896 [2005].

FERRÃO, Romário G. *Cultivares de café conilon*. In: Ferrão et al.(org.). *Café Conilon*. Vitória, ES: INCAPER, 2007.

FREITAS, Jamilly Viviane dos Santos. *Transformações na cafeicultura do Espírito Santo e o papel do Incaper*. 2009. 60f. Monografia (Graduação em economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009

GARCIA, Amanda; MOTA, Euller; DIAS, Max. A república e a frustrada instauração da modernidade. In: MARTINUZZO, José Antônio. *Diário Capixaba: 115 anos de imprensa oficial no Espírito Santo*. Vitória, Imprensa Oficial: 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS FLORESTAIS – IPEF. *Projeto Brasil Eucalyptus Produtividade Potencial*. Disponível em www.ipef.br. Acesso em 15 de fev. 2010.

PAULINO, Adelson. et alii. *Mudas Clonais de Café Conilon - Tecnologia de produção*. Vitória: MAARA/DFAARA/ES, 1995.

PEREIRA, Guilherme Henrique. *Política Industrial e localização de Investimentos: e o caso do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.

RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à primeira grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896)*, 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)*. Vitória, ES: FCAA, 1991.

RODRIGUES, Anastácia; *Knowledge management: the case of MIPIS projec*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior Técnico. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, Portugal: 2004.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1996.

SANTOS, Arthur Carlos Gehrardt. *Aspectos do desenvolvimento do Espírito Santo*. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe. Vitória, 2010.

SILVA et al. *Geração, difusão e transferência de tecnologia*. In: FERRÃO, Romário(org.). *Café Conilon*. Vitória, ES: INCAPER, 2007.

SILVA, Justo Corrêa. *Espírito Santo: o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo 1967/1983*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG: 1993.



VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, A. (org.) *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento*. Vitória, Flor&Cultura (no prelo): 2011a.

VILLASCHI FILHO, Arlindo.; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José. Da crise econômica ao consenso de necessidades: o Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971). In: VILLASCHI, A. (org.) *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento*. Vitória, Flor&Cultura (no prelo): 2011.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José.. O Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) e a segunda muleta. In: VILLASCHI, A. (org.) *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento*. Vitória, Flor&Cultura (no prelo): 2011.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva. *Crisis and capability building in the production of coffee and reforestation: from static comparative advantages into the knowledge economy*. In: Opening Up Innovation: Strategy, Organization and Technology, 2010, London. DRUID Summerr Conference. London : DRUID, 2010a.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva. *Políticas estaduais de arranjos produtivos locais no Espírito Santo: evolução e perspectivas*. In: CAMPOS, Renato Ramos.; STALLIVIERI, Fabio; VARGAS, Marco; e Antonio MATOS, Marcelo (orgs) *Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no sul, sudeste e centro-oeste do Brasil*. Rio de Janeiro, E-Papers, 2010b.

VILLASCHI FILHO, Arlindo. *Papel e Celulose*. Nota técnica do Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil. Rio de Janeiro, Unicamp/UFRJ: 2009.

VILLASCHI FILHO, Arlindo. *Alguns elementos do sistema capixaba de inovação. Nota Técnica do projeto Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no Âmbito do Mercosul e Proposição de Políticas de C&T*. IE/UFRJ, Rio de Janeiro: 1998.

ZORZAL E SILVA, Marta. *Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo*. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Espírito Santo: Instituições e Desenvolvimento social*. Vitória, IJSN: 2010.